



“EU VIM PARA DEUS PELO AMOR”: RELATOS E ANÁLISES DE CASOS DA PRESENÇA EVANGÉLICA NA EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE, RJ¹

Samuel Barbosa Jr.²
Leticia Anderson³
Maria Luiza Afrizio⁴

Resumo

Este artigo se insere no campo de reflexões sobre educação, política e religião. Especificamente, buscamos analisar a presença evangélica em colégios públicos estaduais de Campo Grande, zona oeste do Rio de Janeiro, tanto em sua face religiosa, quanto política relacionada à extrema direita, considerando principalmente as consequências de seus posicionamentos belicosos para o trabalho com a diversidade religiosa. Através da análise de entrevistas coletadas em dois desses colégios com docentes de História, Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso, propomos uma reflexão sobre as dificuldades de se promover uma educação para a liberdade em um contexto de intolerância político-religiosa em relação a crenças minoritárias, concluindo que essa dinâmica tem ajudado a manter a hegemonia judaico-cristã e exercido um controle moral e comportamental dos discentes em pleno âmbito do ensino público estadual.

Palavras-chave: Educação; Religião; Evangélicos; Extrema Direita; Campo Grande-RJ.

“I CAME TO GOD THROUGH LOVE”: REPORTS AND CASE ANALYSIS OF THE EVANGELICAL PRESENCE IN EDUCATION IN CAMPO GRANDE, RJ

Abstract

This article is situated within the field of reflections on education, politics, and religion. Specifically, we seek to analyze the presence of Evangelical influence in public state schools in Campo Grande, a neighborhood in the western zone of Rio de Janeiro, both in its religious aspect and in its political connections to the far right, primarily considering the consequences of its belligerent positions for work with religious diversity. Through the analysis of interviews conducted with History, Philosophy, Sociology, and Religious Education teachers from two of these schools, we propose a reflection on the challenges of promoting education for freedom in a context of political-religious intolerance toward minority beliefs, concluding that this dynamic has helped maintain Jewish-Christian hegemony and exerted moral and behavioral control over students within the scope of state public education.

¹ Artigo recebido em 19/11/2024. Avaliação em 19/11/2024. Aprovado em 18/01/2025. Publicado em 25/02/2025

² Mestrando em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Bolsista CAPES. Bacharel e Licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos da UFRJ (NIEJ/UFRJ) e do Extremos: grupo de estudos sobre política, violência e religião da UFRJ. E-mail: samuelbarjr@gmail.com

³ Bacharelanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista PROFAEX. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos da UFRJ (NIEJ/UFRJ) e do Extremos: grupo de estudos sobre política, violência e religião da UFRJ. E-mail: leticiaanderson.ufrj@gmail.com

⁴ Bacharelanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista FAPERJ. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos da UFRJ (NIEJ/UFRJ) e do Extremos: grupo de estudos sobre política, violência e religião da UFRJ. E-mail: malu.afrizio21@gmail.com

Keywords: Education; Religion; Evangelicals; Far-right; Campo Grande-RJ.

“VINE A DIOS POR AMOR”: RELATOS Y ANÁLISIS DE CASOS DE LA PRESENCIA EVANGÉLICA EN LA EDUCACIÓN DE CAMPO GRANDE, RJ

Resumen

Este artículo se enmarca en el campo de reflexiones sobre educación, política y religión. Específicamente, buscamos analizar la presencia evangélica en colegios públicos estatales de Campo Grande, en la zona oeste de Río de Janeiro, tanto en su dimensión religiosa como política, relacionada con la extrema derecha, considerando principalmente las consecuencias de sus posicionamientos beligerantes para el trabajo con la diversidad religiosa. A través del análisis de entrevistas realizadas en dos de estos colegios con docentes de Historia, Filosofía, Sociología y Educación Religiosa, proponemos una reflexión sobre las dificultades de promover una educación para la libertad en un contexto de intolerancia político-religiosa hacia las creencias minoritarias, concluyendo que esta dinámica ha ayudado a mantener la hegemonía judeocristiana y ha ejercido un control moral y comportamental sobre los estudiantes dentro del ámbito de la educación pública estatal.

Palabras clave: Educación; Religión; Evangélicos; Extrema Derecha, Campo Grande-RJ.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar relatos coletados e análises desenvolvidas sobre a presença evangélica no sistema de ensino do Rio de Janeiro. Estabelecemos como focos de análise tanto as interpretações desses grupos sobre a prática de ensinar, segundo suas definições morais e políticas classificadas como de extrema direita, quanto seus projetos e influências indiretas que contribuem para uma sala de aula belicosa, principalmente em relação a expressões religiosas diferentes às de matriz judaico-cristã.

Para construir nossa argumentação, utilizamos uma série de entrevistas realizadas para o projeto de pesquisa intitulado Religião e Educação na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Trata-se de um projeto desenvolvido no Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NIEJ-UFRJ), o qual enfoca, dentre outras temáticas, a atuação da extrema direita na escola e seus desdobramentos a partir da religião.

Entre os meses de fevereiro e abril de 2024, realizamos diversas visitas em dois colégios públicos estaduais do bairro de Campo Grande, zona oeste do Rio de Janeiro, coletando 20 depoimentos de professores de História, Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso, além da participação de um professor que ocupava o cargo de articulador pedagógico e uma professora responsável pela realização de eventos em datas culturais brasileiras.

Em nossas observações e entrevistas, buscamos compreender como a influência de denominações religiosas evangélicas, atuando em conjunto com ideologias políticas

ultraconservadoras, tornaram a convivência educacional, política e religiosa entre discentes, professores e gestores extremamente problemática.

Nesse sentido, ao indagar como os discentes têm colocado sua religião em debate e como as disciplinas dos professores entrevistados têm recepcionado e dialogado com esses diversos pontos de vista em sala, foi possível compreender como ainda vivemos no Rio de Janeiro um cenário educacional confessional e, por vezes, proselitista, fazendo com que um ambiente que deve ser laico se torne extremamente perigoso para manifestações religiosas entendidas como minoritárias. Esperamos, portanto, apresentar essas questões e abri-las ao debate nas próximas páginas, justamente com intuito de discutir como e por que essa presença evangélica nas escolas de Campo Grande tem se tornado tão combativa ao ensino crítico, gerando intolerâncias religiosas e ataques políticos.

Referências para pensar as relações interreligiosas e políticas na educação

Antes de entrarmos propriamente na análise das entrevistas realizadas nos colégios, consideramos fundamental apresentar o quadro teórico que nos ajudou a pensar os sujeitos que pesquisamos. A educação é feita de circularidade cultural, de encontros de epistemologias e pontos de vista, nesse sentido, partir de teorias que consideram os espaços de cada posicionamento e seus diálogos interculturais é fundamental para analisar um ambiente tão diverso como a escola.

É imprescindível compreendermos que não existe apenas uma maneira, uma linha teórica para pensar a educação. Cada posicionamento teórico é uma escolha do pesquisador. Sendo assim, optamos por privilegiar autores que proporcionam analisar discussões político-religiosas na educação básica a partir da identificação dos pontos de vista histórico-culturais dos sujeitos que a compõem, sua circulação e relações políticas que atuam na produção ou não de intolerâncias religiosas. Ademais, este artigo está também orientado pela teoria crítica em educação (Freire, 1996; Hooks, 2017) em contraste com as teorias tradicionais e comportamentalistas⁵ (Mizukami, 1986) que fundamentam os usos políticos da religiosidade.

⁵ Segundo Mizukami (1986), a abordagem tradicional entende a educação como uma instrução a partir de modelos pré-definidos que chegam até o discente de forma vertical. Por sua vez, a abordagem comportamentalista reforça e complementa o modelo tradicional de ensino ao conceber a escola como um local onde conhecimentos são apenas transmitidos. Portanto, em ambas as abordagens são privilegiadas meras transmissões de comportamentos éticos e práticas sociais que visam controlar o ambiente cultural e social.

As análises dos sociólogos Jamón Grosfoguel (2010) e Donna Haraway (2009) estabelecem a premissa de que a construção de saberes, mentalidades e orientações não estão somente vinculadas às categorias interpretativas disponíveis no lugar de quem está produzindo, ou seja, de que não é somente o contexto social o fornecedor de sentidos condicionantes das identidades sociais, mas sim um conjunto de ações produzindo conhecimentos dentro e fora da escola, um processo de redes de circularidade cultural.

Grosfoguel (2010) diferencia as categorias de “lugar social” e “lugar epistêmico”, se distanciando do primeiro e entendendo que todo conhecimento se situa a partir do *locus* da enunciação, este que para ele é o lugar geopolítico e corpo-político do conhecimento que, por sua vez, não está, necessariamente, vinculado ao lugar social étnico-racial, sexual e de gênero. Nas palavras do autor:

Eis que se torna importante distinguir “lugar epistêmico” e “lugar social”. O facto de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno (GROSFOGUEL, 2010, p. 46).

Para o autor, todo conhecimento é situado, entretanto, esse local não é necessariamente resultado da posição social ou material do sujeito, mas sim das vinculações entre reflexão consciente e/ou inconsciente sobre si mesmo e sobre o outro: “o êxito do sistema-mundo colonial/moderno reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes” (Grosfoguel, 2010, p. 46).

Teoricamente, portanto, os sujeitos são produtores dotados de agência sobre a constituição do seu próprio ser, mesmo quando tais vinculações são realizadas de forma subjetiva, fugindo da objetificação ou do entendimento de que são produtos exclusivos do local onde seus pés pisam. Ou seja, a análise, do ponto de vista da teoria crítica em educação, permite identificar se os professores que entrevistamos de fato tem compreensão dos fundamentos que orientam suas práticas.

Nesse sentido, o referencial da pedagogia crítica e libertadora nos permitiu analisar as práticas docentes nos colégios que estivemos, tanto as emancipadoras, democráticas e progressistas, quanto as autoritárias, associadas à extrema direita.

A teoria sócio-histórica de Paulo Freire (1996) permitiu avaliar, por exemplo, se os pontos de vista coletados referenciam a educação como um processo dialógico, ou seja, um processo no qual o professor possibilita aos discentes se pensarem como sujeitos históricos no intuito de compreender e confrontar as epistemologias que mobilizam seu agir, ao mesmo tempo em que dialogam com outros pontos de vista (Freire, 1996, p.15).

Dialogando com Freire, Bell Hooks (2017) entende a educação como uma experiência que une teoria e prática em prol da liberdade dos sujeitos. Por exemplo, no letramento freireano, a tomada de consciência significa um “momento histórico em que começamos a pensar criticamente sobre nós mesmas e nossa identidade diante das nossas circunstâncias políticas” (Hooks, 2017, p.67).

A compreensão de educação sob a perspectiva do letramento positivo oferece oportunidade para os sujeitos desenvolverem uma linguagem ou gramática possibilitadora de construir identidades de resistência, mitiga preconceitos e intolerâncias religiosas. Nos termos de Cerri (2009, p.154), significa pensar a educação a partir do diálogo entre educador e educando e do respeito às diferentes vivências individuais e de grupo na construção de debates que acionam “o fenômeno pelo qual saberes históricos são colocados em relação, ampliados, escolhidos, modificados”.

Por sua vez, a relação entre educação e conhecimento pode ser mobilizada a partir da teoria de Haraway (2009, p. 23) sobre o conhecimento situado, corporificado e localizado. Para a autora, um conhecimento não se situa na totalização ou visão única, este que obscurece sua fonte de poder, mas sim nos “saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão”.

Dessa forma, ao contrário de considerar o conhecimento através de um lugar único e totalizante como, por exemplo, de que o lugar da intolerância de um cristão reside unicamente no seu reconhecimento como cristão, deve-se compreender os diversos lugares epistêmicos que atuam na construção desse saber intolerante. Por exemplo, esse cristão pode ser intolerante no que diz respeito às religiões de matriz africana, mas pode não ser intolerante quanto a judeus, pois seu conhecimento pode estar amparado em uma lógica de conexão judaico-cristã.

Essas diversas epistemologias em perspectiva possibilitam traçar, por exemplo, as influências religiosas belicosas para educação. Nesse sentido, identificar, nos atores, a influência de projetos ultraconservadores da extrema direita evangélica, nos permite analisar a belicosidade

que esses grupos trouxeram para a educação brasileira antes, durante e após o governo Bolsonaro. Esse foco advém da compreensão de que a extrema direita brasileira se inspira em ideologias fundamentalistas cristãs contrárias a qualquer promoção da diversidade no espaço público (Maria, 2023).

Assumindo projetos anti ensino crítico, como o Escola Sem Partido, seus adeptos consideram a discussão partidária uma ameaça direta aos corpos por eles compreendidos como tradicionais da civilização ocidental judaico-cristã, tomando professores e gestores comprometidos com diálogos interculturais como inimigos em um contexto de guerra cultural, na qual família e igreja (bem) devem combater os “doutrinadores esquerdistas” (mal) em prol da verdadeira liberdade na educação - fundamentos de uma teoria conservadora, tradicional e comportamentalista (Accioly, Silva & Silva, 2023; Leher & Santos, 2023).

Enfim, após estabelecer esse referencial teórico para pensar as relações entre educação, religião e política, apresentaremos a seguir alguns depoimentos coletados e nossas análises acerca da presença evangélica nos colégios de Campo Grande-RJ, esperando contribuir para compreensão do cenário atual da educação no Rio de Janeiro.

Confluência entre vida pessoal e profissional

Iniciamos a análise dos relatos coletados com nossos questionamentos acerca de como a intersecção entre vida pessoal religiosa e prática docente é vista por parte dos entrevistados. Especialmente em relação aos docentes de Ensino Religioso, nosso objetivo estava em observar se era possível identificar proselitismo em sua prática, ferindo a laicidade do Estado e a diversidade – riscos de um ensino confessional como é praticado no Rio de Janeiro.

Como podemos observar no relato a seguir, quando questionado sobre a relação entre sua vida pessoal e profissional, um docente de Ensino Religioso que se apresentou como evangélico considerou importante nos relatar que suas aulas, apesar de tratarem todas as religiões da mesma forma, focando na questão cultural, ajudaram um discente a se converter ao cristianismo.

SB: Você pode falar um pouco sobre sua visão acerca do seu trabalho e sua vida pessoal? Você acha que por vezes professores podem levar suas crenças para a sala de aula, não para impor, mas para dialogar? E se você já fez isso alguma vez, foi produtivo?

DER: Uma experiência que para mim foi muito positiva... eu tinha um discente que era ateu, e era um discente muito desiludido com a vida, apesar de muito jovem. Aí a gente sempre conversava sobre deus e tal, me chamava às vezes

depois do horário, aí depois de um certo tempo ele apareceu e disse “professorx, agora eu acredito em deus”, eu falei “ai que bom!”, aí ele “agora eu acredito porque eu vim para deus pelo amor”, aí eu falei “ai que bonito! Quando a gente vem pelo amor é melhor ainda!”, aí ele “eu me apaixonei por uma menina evangélica e acabei indo. Eu gosto muito também de conversar com você, das suas aulas e tal”.... eu achei super positivo [parte inaudível], depois deu para perceber que a vida dele ficou menos cinza.

Legenda: SB = Samuel Barbosa DER= Docente de Ensino Religioso

(Transcrição de entrevista com docente de Ensino religioso, 2024)

Percebemos, portanto, um potencial quadro de proselitismo por parte deste docente, reproduzindo suas convicções pessoais em sala de aula e, o que consideramos mais grave, tendo conversas particulares com discentes dentro da escola. Ou seja, não sabemos o teor desses diálogos, mas, a partir do relato acima é possível inferir que há grande possibilidade de ter havido uma evangelização desse discente que antes se autodefinia ateu, configurando uma prática que deveria estar circunscrita somente aos cultos e ambientes religiosos.

Quando um docente expõe seus posicionamentos, crenças religiosas e visões políticas em sala sem ser através de uma atividade dialógica com os demais pontos de vista, ainda que seja um ambiente propício a debates, essa sala de aula acaba se tornando um espaço de silenciamentos (Pollak, 1989) guiado por uma pedagogia tradicional, na qual o professor é o grande mestre mediador entre o discente e o modelo de conhecimento a ser imitado por ele (Mizukami, 1986).

Denunciando essa presença evangélica em seus colégios e, dessa vez, apontando também para a questão política, alguns docentes relataram imposições de crenças, visões de mundo e ideologias político-partidárias por parte de outros docentes sobre seus discentes, especialmente nos últimos períodos eleitorais, quando observamos forte polarização da sociedade.

SB: (...) Como você compreende a relação entre a prática em sala de aula e a vida particular? Você acha que professores levarem suas crenças para a sala é um problema?

DF: (...) O que acontece é que durante o período das eleições, colegas nossos fizeram campanha exatamente se aproveitando desses discursos de que são cristãos, que defendem a família, os bons costumes etc, e fazem campanha dentro da escola. Para eles não é problema, se eu abrir a boca há denúncia, mas eles podem fazer porque a relação basicamente é, vamos dizer, o pastor faz, por que que o professor não vai fazer? O pastor fala do cidadão lá (Bolsonaro), por que o professor não vai fazer? Então há sim essa relação.

Legenda: SB = Samuel Barbosa DF = Docente de Filosofia

(Transcrição de entrevista com Docente de Filosofia, 2024)

Portanto, apesar de a maioria ter garantido que buscam não misturar suas crenças pessoais com sua profissão, é possível perceber nesses dois relatos que há uma forte prática de ensino tradicional e comportamentalista por parte de alguns docentes, especificamente orientada por suas denominações religiosas. Tais práticas representam tamanho apego às suas epistemologias que esses docentes ultrapassam os limites do diálogo e transformam suas aulas em instrumentos de convencimento, levando os discentes a pensarem como eles. Uma prática, segundo Grosfoguel (2010, p.46), característica do modo de pensar do sistema-mundo (neo)colonial.

Ensino Religioso

Em cada uma das escolas que visitamos, entrevistamos um docente de Ensino Religioso – numa delas, um docente católico, e, na outra, o docente evangélico já mencionado acima. Ambos relataram possuir suas formações e reconhecimento teológico pela igreja que frequentam, de acordo com a Lei nº 3459 de 14/09/2000. Suas percepções acerca da disciplina são otimistas apesar de precisarem desmistificar o propósito da disciplina já no início do ano letivo.

SB: Você poderia dizer, se possível, qual a visão dos discentes e dos pais em relação à disciplina de Ensino Religioso?

DER: (...) Então eu tenho que explicar que vivemos em uma democracia, em um Estado laico. Cada um pode ter sua religião. Nós abordamos valores que são pertinentes a quase todas as religiões... elas... quando vai para os valores... elas falam quase todas na mesma linha: o amor ao próximo, o respeito, a tolerância, e também reafirmar essa liberdade religiosa que nós temos. Às vezes eu falo o quanto isso é bom, o quanto isso é positivo para a democracia.

Legenda: SB = Samuel Barbosa DER = Docente de Ensino Religioso

(Transcrição de entrevista com Docente de Ensino Religioso, 2024)

Apesar desse esforço em explicar aos discentes como a disciplina funciona e de nos terem relatado que não há grandes conflitos em suas aulas, numa das entrevistas foi exposto um caso no qual durante uma atividade com a turma onde todos poderiam falar das suas vivências e experiências religiosas, as reações aos relatos dos discentes de religiões de matriz africana foram

negativas a ponto de levarem o ocorrido ao diretor do colégio afirmando um favorecimento do docente aos discentes dessas religiões.

DER: Mas o preconceito rola, inclusive, passei uma vez por uma experiência nesse colégio e acho que vale a pena registrar, que eu sou professor do credo evangélico, mas eu fiz um trabalho interessante onde eu dei oportunidade para que os discentes falassem da sua vivência religiosa. E aí eu dei oportunidade para todos os discentes e todos os discentes ouviram todos, mas quando chegou nas religiões de matriz africana, os discentes se assustaram e foram falar com o diretor e eu era a responsável, falaram que eu estava favorecendo, mas não estava, eu fiz um trabalho onde todos tiveram oportunidade, todos falaram né, mas eles se assustaram ouvindo os colegas de candomblé falando da sua vivência. Aí, foi muito engraçado, o diretor chegou e falou “[nome do docente], os discentes falaram que você está tentando levá-los para candomblé”, mas eu não posso, eu sou evangélico, se fosse para convencer ou converter eu ia trazê-los para a minha. Mas aí é onde está o preconceito...

Legenda: DER= Docente de Ensino Religioso

(Transcrição de entrevista com docente de Ensino Religioso)

Esse relato bate diretamente com a explicação do sociólogo Karl Mannheim (1972) sobre o risco da multiplicidade das formas de pensar. Nesse caso, a oportunidade de expressar uma vivência religiosa que fugia do que era considerado cotidiano ou normal (cristão, com maioria evangélico, segundo os docentes), significava um erro ou uma heresia. Ou seja, menções e relatos de religiões de matriz africana foram suficientes para simbolizar não uma curiosidade ou simplesmente uma atividade proposta à turma, mas uma suspeita de favorecimento e uma heresia permitida pelo docente.

Entrando diretamente na questão da presença evangélica e suas influências na educação, foi interessante registrar a percepção de um docente de filosofia que o Ensino Religioso nas escolas é uma consequência da luta pelo poder empreendida por grupos da bancada evangélica. Para ele, a função principal da disciplina é controlar a educação e, por consequência, agradar a parcela do seu eleitorado religioso e da sua clientela política.

SB: Especificamente sobre o ensino religioso, você tem uma opinião formada sobre, se é contra ou a favor ou tem alguma colocação?

DF: Sim, me parece claramente uma influência da tomada de poder de grupos evangélicos na bancada da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, assim como você tem isso no Congresso em modo geral e a única função realmente é uma função política de demonstração de poder, de poder sobre a educação e conseguir agradar essa parcela do seu eleitorado e da sua clientela política, então essa é a função predominante.

Legenda: SB = Samuel Barbosa DF = Docente de Filosofia

(Transcrição de entrevista com Docente de Filosofia, 2024)

A opinião deste docente faz referência a ideia do controle racional da atividade política do inconsciente coletivo (Mazucato, 2014, p. 100), podendo ser percebido como característica predominante da extrema direita brasileira, esta que tem por *modus operandi* instrumentalizar o imaginário religioso da população através da criação de inimigos – tudo o que se difere da cultura judaico-cristã – para realizar seus projetos de poder reacionários.

Ademais, em outra entrevista, tivemos o relato de como essa demonstração de poder e do controle sobre a educação acontecem nas escolas por meio da influência exercida pela religião. A seguir, apresentamos não só essa demonstração de poder, mas uma dissonância em relação às festividades que compõem a cultura brasileira (Accioly, Silva & Silva, 2023).

SB.: Em relação à religião, você saberia dizer de algum caso que você presenciou?

DED.: (...) E... tipo assim eu sou de educação física e trabalho na Festa Junina com dança. Eu já recebi de um pastor dizendo que não ia participar porque é uma festa católica. Não é uma festa católica, é cultura do Brasil, é folclore. Mas vai colocar isso na cabeça da pessoa.

SB.: Não entendi, ele era pai de algum discente?

DED.: Não, ele era pastor da igreja. Seria uma forma de avaliação que eu usaria e ela falou que não poderia participar porque a igreja dela não permitia. Aí eu falei pra ela por que que a igreja dela não permite? “Ah porque é uma festa religiosa.” Não é uma festa religiosa... é uma festa cultural. É uma festa que tá dentro do nosso folclore, assim como o Carnaval...

SB.: Então você vê uma influência forte, por exemplo, da família sobre os discentes e aí eles se recusam a participar de atividades?

DED.: Tem. Sim, sim. Eu recebi carta do pastor. Uma carta do pastor dizendo... pra liberar a menina. Aí eu falei com a coordenadora, aí a coordenadora: “[nome do docente], passa um trabalho, deixa pra lá. Não adianta a gente ficar debatendo”

Legenda: SB = Samuel Barbosa DED= Docente de Educação Física

(Transcrição de entrevista com docente de Educação física, 2024)

Intolerância religiosa

Um relato feito por um docente de história perpassa a questão da memória e da identidade enquanto valores disputados em conflitos sociais e intergrupais (Pollak, 1992). A situação em questão ocorreu em uma atividade externa onde a turma foi levada ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), quando, ao chegar no local, tomou conhecimento de que havia uma exposição sobre os orixás. Uma parte dessa turma, identificada como discentes professantes de religiões pentecostais e católicas, se recusou a entrar. Num segundo momento, a turma foi até a Candelária e, dessa vez, discentes evangélicos se recusaram a entrar na igreja católica.

Esse episódio relatado nos remete a duas dinâmicas interessantes de serem observadas. Percebemos, em um primeiro momento, uma dinâmica de intolerância interconfessional. Ou seja, uma união momentânea entre cristãos evangélicos e católicos para negar uma crença de matriz diferente, como no caso do CCBB. Entretanto, o grupo evangélico se fecha mais ainda em si mesmo ao negar também o catolicismo na Candelária, tratando-se de uma dinâmica de intolerância confessional.

É importante salientar que os discentes, em sua maioria, podem cometer esses atos de maneira irrefletida, sem considerar uniões e separações de acordo com a exigência da situação. Todavia, é interessante ressaltar que existem dinâmicas de pertencimentos dentro de um colégio, essas que podem fundamentar preconceitos, constrangimentos e silenciamentos, por mais que docentes não as reconheçam, como exposto no relato abaixo:

SB: Certo. Já aconteceram casos de intolerância religiosa durante as suas aulas? Ou que não chegou ao ponto de ser considerado intolerância, mas um comentário, algum silenciamento de alguém, algo nesse sentido, nas suas aulas? Ou no colégio que você tenha ficado sabendo?

DF: Não, porque nós temos uma religião hegemônica, que é, de fato, a religião oficial do território. Então, não há muito como isso ocorrer.

Legenda: SB = Samuel Barbosa DF = Docente de Filosofia

(Transcrição de entrevista com Docente de Filosofia, 2024)

Em *Memória, Esquecimento e Silêncio*, Pollak (1989) salienta que, por vezes, o silêncio pode ser condição para a manutenção da comunicação com o ambiente que não compartilha determinada memória. Outros docentes relatam que discentes de religiões não hegemônicas ficam receosos na hora de se expressarem por medo de discriminação, gerando constrangimentos por

pertencerem à tais religiões e resultando em silenciamentos para evitar ataques e afastamentos dos demais colegas.

Nesse sentido, os relatos convergem para a compreensão de que tamanha é a influência evangélica nos colégios que o silenciamento daqueles que não professam essa crença gera um quadro de opressão silenciosa, fazendo alguns docentes acreditarem não haver intolerância entre os discentes. Em consequência, se a identificação desses discentes silenciados não é uma prioridade, como então produzir conhecimento de forma dialógica visando a liberdade dos mesmos? Estamos diante de um quadro sério de dominação, e o fato de não haver muitos casos de intolerância explícita não significa que a influência evangélica nesses colégios está se dando de forma harmônica com os demais pontos de vista.

Manifestações políticas e suas influências nas religiões

Grosfoguel (2010) e Haraway (2009) entendem que o êxito de um sistema dominador está em alienar os dominados de acordo com sua ideologia ou epistemologia, situando seu conhecimento em um lugar que não é seu a priori, mas que é adquirido durante esse processo de alienação. Diante dessa reflexão, cabe apresentar dois trechos com opiniões de dois docentes de Filosofia sobre a influência político-religiosa evangélica na construção dos pontos de vista de seus discentes:

SB: E isso é uma orientação de casa que eles trazem para o colégio?

DF: (...) Na realidade você tem essa orientação. Eu acho que é uma questão que dentro do processo de...o pentecostalismo, ele no caso...ele vai funcionar no sentido da doutrinação literal. O meu discente, ele vai para baile funk, mas ele na hora de se posicionar é super conservador e ele repete o que o pastor fala. Se o pastor fala que o Lula é ladrão, ele assume que o Lula é ladrão. Ele não sabe nem o que é ladrão e nem quem é Lula, mas ele fica repetindo. Se ele fala que todo professor de humanas é comunista, ele não sabe o que é comunista nem o que é professor de humanas, e aí ele vai ficar gritando pra tentar aparecer dentro da situação.

Legenda: SB = Samuel Barbosa DF = Docente de Filosofia

(Transcrição de entrevista com Docente de Filosofia, 2024)

SB: Certo. Como é que se enxerga a influência política desses últimos anos sobre os discentes aqui do colégio? Você acha que essa polarização, essa onda de posição chegou no colégio e tem se expressado pela fala dos discentes?

DF: Sim. Os discentes, dos poucos discentes que se posicionam politicamente durante as aulas, tendem a ter uma postura de extrema-direita, conservadora e geralmente repetem os mesmos discursos que geralmente são proferidos nas igrejas evangélicas e por líderes políticos de extrema-direita. Então, tendem a ter discursos contra os direitos humanos, contra o feminismo, negando o racismo, defendendo o modelo capitalista, defendendo os patrões e a ideia de meritocracia e esse tipo de coisa.

Legenda: SB = Samuel Barbosa DF = Docente de Filosofia

(Transcrição de entrevista com Docente de Filosofia, 2024)

O relato de um docente de História corrobora essa extensão dos discursos políticos nas religiões que adentram no ambiente escolar confirmando essa herança que os discentes trazem para sala de aula, herdada de suas casas e igrejas:

DH: Assim, a galera religiosa daqui que eu observo, eles têm uma proximidade sim, por exemplo, com o governo anterior. Então, você percebe um discurso muito alinhado a essa extrema direita, ainda que às vezes eles nem tem consciência que esse discurso é um discurso da extrema direita. Então, a grande maioria deles é um discurso mais alinhado, com essa direita mais extrema, mais conservadora.

SB: Você acha que isso é uma influência direta que eles têm na igreja ou pela família?

DH: Na igreja, mas também da família que frequenta essa igreja. Então, normalmente eles são mais evangélicos por uma questão de herança familiar. Então, acabam seguindo a religião da família. E esse discurso deles é totalmente influenciado pela igreja sim.

Legenda: SB = Samuel Barbosa DH= Docente de História

(Transcrição de entrevista com docente de História, 2024)

Por outra chave, esse mesmo docente nos relata uma alienação desses discentes, já que, ao mesmo tempo em que mistificam outras religiões, são mistificados pelas suas próprias percepções (Fanon, 2008). Enquanto destinam especialmente às religiões de matriz africana um lugar que faz contraposição direta ao seu cristianismo, mostram também que suas convicções são, de fato, herdadas.

SB: Em relação a conteúdos que abordam de alguma forma a religião, como contra-reforma, reforma, até quando vai trabalhar com as questões de matriz africana, indígena, já teve algum comentário, não uma intolerância de fato, mas algum comentário, alguma coisa negativa em relação ao credo do outro, a esse diferente?

DH: Sempre tem aquela coisa... Eu por exemplo sou de matriz africana, e eles sabem disso, que eu não escondo isso deles. Às vezes tem uma piadinha, aquela coisa: “Ah, coisa do demônio, não sei o que...” Falo: “Peraí, vamos conversar, né?”

SB: Essas coisas que a gente já está acostumado a ver...

DH: Vamos conhecer um pouco mais, é muito do desconhecimento, do senso comum que eles ouvem e da preguiça de procurar. Como conhecer um pouco mais sobre isso? Com relação à reforma, contra-reforma, eu percebo até uma curiosidade porque eles também não conhecem a própria origem do segmento religioso deles. De onde veio aquilo ali, sabe? Aqueles primórdios, eles não conhecem, o que eles conhecem é a atualidade. E aí alguns até se chocam. Quando você mostra que muito daquilo lá se choca com o que é pregado hoje nas suas próprias igrejas, né? Muito daquilo foi sendo elaborado, reelaborado, no decorrer do tempo, e chegou a essas questões atuais.

Legenda: SB = Samuel Barbosa DH= Docente de História

(Transcrição de entrevista com docente de História, 2024)

Portanto, esses trechos nos fazem compreender que o comportamento e a fala reproduzida pelos discentes são uma extensão de casa, da família e da instituição religiosa que frequentam. Cabe aos docentes perceberem (e já percebem, como descrito nos relatos) e utilizarem suas aulas para dialogar com esses discentes, fazendo-os entender as fontes que fundamentam suas epistemologias para então, quem sabe, realizar uma autoavaliação, criticá-las, ou ao menos estarem abertos a circular esse conhecimento com o *outro* de maneira respeitosa.

Considerações finais

Buscamos através desses relatos compreender as influências evangélicas na educação, seu potencial construtivo de intolerâncias religiosas em um espaço laico e seu poder de definir uma visão política favorável a grupos ultraconservadores (Andrade, 2023) dentro da escola. Do mesmo modo, buscamos compreender como as disciplinas de Filosofia, Sociologia, História e Ensino Religioso têm trabalhado e debatido a diversidade religiosa e a liberdade de crenças em seu contexto local.

A partir dos casos apresentados e analisados, é possível definir que o cenário atual da presença evangélica nos colégios públicos estaduais de Campo Grande-RJ reproduz as influências de sua dominação nos bairros da zona oeste carioca. Como foi possível perceber, essa influência vem interferindo na produção de diálogos interreligiosos e políticos, causando

difficuldade de se promover uma educação para a liberdade dos educandos, até por sua característica de impedir que crenças não cristãs tenham voz na comunidade escolar.

A percepção por parte de alguns docentes de que existem discentes silenciados perante experiências religiosas cristãs denuncia uma escola tradicional e comportamentalista. Essa constatação contraria o que para nós seria o ideal para a educação: um espaço propício à troca de saberes e que utiliza das experiências de vida de discentes e docentes justamente para criticar posicionamentos belicosos, preconceituosos e hierarquizantes.

Também foi possível perceber durante nossas visitas aos colégios uma espécie de rede de transmissão político-religiosa característica da extrema direita evangélica brasileira, a qual interliga igrejas, redes sociais, famílias e escolas, promovendo dentro do ambiente educacional público (laico) discursos de ódio contra tudo o que difere da cultura tradicional cristã. Justiça social, circularidade cultural e diálogos interreligiosos não são encorajados e tampouco bem-vindos.

Em relação ao Ensino Religioso, podemos concluir que a maneira como a disciplina vem sendo praticada nesses colégios contraria a lei nº 3.459/2000. Ou seja, ao contrário de trabalhar o respeito à diversidade cultural de forma ativa, verificamos uma forte presença de proselitismo disfarçado de “apoio psicológico” aos discentes – como podemos observar na fala contente do docente ao relatar que, após conversas em sala e em particular, seu discente encontrou Deus através do amor.

É importante também não isentar a responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro nesta questão. É de conhecimento geral que o poder público instituiu o Ensino Religioso de caráter confessional nas escolas da rede estadual de ensino. Entretanto, por mais que essa lei busque vedar qualquer forma de proselitismo, ao estabelecer que somente docentes credenciados por uma instituição religiosa competente estarão habilitados a dar aula, bem como ao deixar à cargo dessas instituições a definição dos conteúdos a serem trabalhados, o poder público estadual do Rio de Janeiro se isenta da responsabilidade de construir uma disciplina que promova encontros epistêmicos entre a diversidade religiosa de seu alunado.

Em conclusão, estamos diante de uma possível forma de legitimação da presença evangélica belicosa nas escolas pelo Estado, através de uma legislação fraca e rodeada de brechas, permitindo que esses grupos usem o imaginário de discentes e docentes para garantir a

manutenção de sua hegemonia social e, também, satisfazer grupos políticos interessados no caráter tradicional e comportamentalista do ensino. A realidade apresentada neste artigo, portanto, é apenas um exemplo que possibilita a compreensão do cenário belicoso do ensino público atual, caracterizado por processos educacionais extremamente danosos para a construção de identidades escolares tolerantes.

Fontes das entrevistas

BARBOSA JUNIOR, Samuel; AFRIZIO, Maria Luiza; ANDERSON, Letícia. Projeto de pesquisa: Religião e educação na zona oeste do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: NIEJ/UFRJ, 2024.

Referências bibliográficas

ACCIOLY, I; SILVA, A. M. da; SILVA, S. Guerra cultural e seus efeitos na educação pública brasileira. In: LEHER, Roberto (org.). **Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023, p. 43-60.

ANDRADE, Maria C. Base Nacional Comum, setores dominantes e guerra cultural. In: LEHER, Roberto. **Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação**. São Paulo: Expressão Popular, 2023, p. 121-130

CERRI, Luis F. Ensino de História e concepções historiográficas. **Revista Espaço Plural**. Mal. Cândido Rondon-PR, ano 10, n. 20, 2009, pp. 149-54.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. 1. ed. 1952. Edição de 2008. São Paulo: Educação e Cultura, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. Campinas-SP, n. 5, 2009, pp. 7-41.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

LEHER, Roberto ; SANTOS, M. R. S. . Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente. In: LEHER, Roberto. (Org.). **Educação no governo Bolsonaro. inventário da devastação**. 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2023, v. , p. 9-41.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MARIA, Tayná L. de. Fundamentalismo, intolerância e a educação: um breve panorama histórico do Movimento Fundamentalista Cristão. In: ANÉAS, A. *et al.* (orgs.). **Evangélicos e Política**. São Paulo: Editora Recriar, 2023.

MAZUCATO, Thiago. **Ideologia e utopia de Karl Mannheim**: o autor e a obra. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

MIZUKAMI, Maria das G. N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-2012.

RIO DE JANEIRO. Lei Nº 3.459, de 14 de setembro de 2000. **Dispõe sobre Ensino Religioso confessional nas escolas da rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2000.